



Avaliação dos bancos de alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional

Mariana Tarricone Garcia¹, Erika Rodrigues da Silva², Rosana Derbas Mustapha³, Denise Eugenia Pereira Coelho⁴, Giovanna Maurelli⁵, Regicely Aline Brandão Ferreira⁶, Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral⁷ e Claudia Maria Bógus⁸

Esta é uma revisão de literatura que teve por objetivo sistematizar a produção científica e bibliográfica especializada acerca da avaliação de bancos de alimentos públicos, de acordo com os aspectos relativos ao seu funcionamento. As buscas foram realizadas a partir de bases e repositórios científicos e de *sites* governamentais, de instituições públicas e da sociedade civil, cujas agendas estão relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, no período de 2010 a 2020. Foram localizadas 240 publicações e, após exclusão dos estudos que não atendiam aos critérios de inclusão, seis estudos permaneceram na seleção. Foram identificados oito aspectos avaliados: gestão; público atendido e entidades beneficiadas; articulações; doadores; infraestrutura; alimentos; controle higiênico-sanitário; ações complementares. Os resultados dos estudos apontaram: baixa institucionalidade dos bancos de alimentos junto ao poder público; recursos humanos insuficientes, insustentáveis e com alta rotatividade; relação com entidades beneficiadas limitada à doação de alimentos; ações educativas principalmente de capacitação para manipuladores de alimentos; fragilidade na relação com doadores; necessidade de melhorias na infraestrutura; inadequações às regulamentações higiênico-sanitárias; e forte relação com o Programa de Aquisição de Alimentos. Os estudos de avaliação contribuíram com a identificação de pontos críticos para o avanço e sustentabilidade dos bancos de alimentos no país.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Assistência alimentar; Desperdício de alimentos.

Evaluation of food banks: an integrative review of national literature

This study is an integrative literature review aiming to systematize the scientific and bibliographic publications concerning studies evaluating public food banks according to their operational aspects. Searches were conducted on scientific repositories and websites (government, public institutions, and civil society) whose agendas are related to Food and Nutritional Security between 2010 and 2020. Two hundred forty publications were found and, after

¹ Instituto de Saúde – Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, São Paulo, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5124-8936>. E-mail: marianatarricone@gmail.com. Endereço para correspondência: Rua Santo Antônio, 590 – Bela Vista. São Paulo-SP. CEP: 01314-000.

² Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5816-7685>. E-mail: erikinharod@gmail.com

³ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6369-2508>. E-mail: rosana.mustapha@gmail.com

⁴ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5550-7229>. E-mail: deepcoelho@gmail.com

⁵ Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5995-5384>. E-mail: giovanna.maurelli@hotmail.com

⁶ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7920-7658>. E-mail: rabrandao.ferreira@gmail.com

⁷ Instituto René Rachou – Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9891-3435>. E-mail: nataliatenuta@gmail.com

⁸ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0925-2741>. E-mail: claudiab@usp.br

eliminating studies that did not meet the inclusion criteria, six studies were included. Eight aspects were identified: management; audience and benefited entities; articulations; donors; infrastructure; foods; hygienic-sanitary control; complementary actions. The results of the studies pointed: low institutionality of the food banks with the public authorities; insufficient and unsustainable human resources and with high turnover; relationship with benefited entities limited to the donation of food; educational actions mainly of training for food handlers; fragile relationship with its donors; improvements in infrastructure; inadequacies of hygienic-sanitary conditions; and a strong relationship with the Food Acquisition Program. Evaluation studies contributed to identifying critical points for the advancement and sustainability of food banks in the country.

Keywords: Food and Nutrition Security, food assistance, food wastefulness.

Submetido em: 22/04/2021

Accito em: 03/09/2021

INTRODUÇÃO

Bancos de alimentos (BA) existem no Brasil desde a década de 1990, com a primeira iniciativa implantada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), na cidade de São Paulo^[1]. O primeiro BA de gestão governamental foi criado em 2000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo^[1]. No âmbito da institucionalização da luta contra a fome no país e da construção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir de 2003, os BA passaram a integrar a agenda governamental de SAN por meio do Programa Banco de Alimentos (PBA) e, assim, compor o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), contribuindo para a articulação de circuitos alimentares locais e regionais e para a formação de sistemas públicos de abastecimento^[1].

Entre 2003 e 2012, a agenda do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) incentivou a construção e modernização de BA por meio de editais de seleção pública disponíveis para municípios de todo o país^[2]. Em 2012, houve incentivo à implantação de BA nas Centrais de Abastecimento (CEASA) por meio da abertura de edital público de seleção específico para implantação ou modernização de BA que já existiam nessa modalidade^[3]. Nos anos seguintes até 2016, não foram destinados recursos para incentivo ao PBA, sendo retomados em 2017 os incentivos voltados à implementação e qualificação de estruturas físicas já existentes^[2]. Houve expansão dos BA e, atualmente, há BA em todos os estados do país

e Distrito Federal, com predominância nas regiões Sudeste e Sul, conforme dados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) de 2018^[4].

Os BA têm por objetivos garantir a SAN e combater as perdas e desperdícios de alimentos que ocorrem na cadeia produtiva, realizando essa função por meio da arrecadação, seleção, armazenamento e distribuição de alimentos a populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. A fome e as perdas e desperdício de alimentos são duas faces do sistema alimentar brasileiro, configurado pela grande produção e exportação de produtos agrícolas, convivendo ainda com altos níveis de insegurança alimentar na população^[5-7].

A mais recente Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-18) revelou que 36,7% dos domicílios brasileiros apresentaram algum grau de insegurança alimentar^[8]. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil indicou que essa situação se agravou com a pandemia, com 55,2% dos domicílios convivendo com algum grau de insegurança alimentar, dos quais 9% em situação de insegurança alimentar grave, chegando a 12% na área rural^[9].

Em relação às perdas e desperdício de alimentos, como reforça Belik^[10], há uma dificuldade importante em mensurar tais dados, resultado de diferenças conceituais e da ausência de padronização metodológica. As perdas de alimentos, estão

relacionadas à diminuição de alimentos disponíveis ao longo da cadeia agroalimentar, especialmente da produção ao abastecimento, decorrentes de procedimentos inadequados de manipulação, armazenamento, transporte, etc. O desperdício de alimentos está relacionado à comercialização, distribuição e consumo, resultando no descarte de alimentos adequados para o consumo^[10-12].

A problemática das perdas e desperdício de alimentos vem sendo incorporada no SISAN, principalmente nos últimos cinco anos, quando ganhou relevância no II Plano Nacional de SAN (PLANSAN 2016-2019), resultando na criação do Comitê Técnico sobre Perdas e Desperdício de Alimentos em 2017, vinculado à Câmara Interministerial de SAN (CAISAN)^[13]. Em 2018 foi lançada a “Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil” com o objetivo de integrar ações para a prevenção e redução de perdas e desperdício de alimentos tendo como perspectiva a consolidação da Política Nacional de SAN, incluindo os BA como equipamentos estratégicos à sua consolidação^[14].

Estes equipamentos de alimentação e nutrição enfrentam muitos desafios no que diz respeito à: legislação para seu adequado funcionamento; interação com outros programas e políticas de SAN; consolidação da articulação entre BA; elaboração e consolidação de normas higiênico-sanitárias específicas às suas atividades; criação de mecanismos e metodologias de avaliação e monitoramento; ampliação e garantia de controle e participação social, entre tantos outros. O enfrentamento desses desafios é necessário e urgente, haja vista a potencialidade dos bancos de alimentos no que diz respeito à ampliação e fortalecimento da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no país, no âmbito de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Existe uma lacuna na literatura referente aos estudos de avaliação dos bancos de alimentos públicos no país. Os estudos de avaliação podem contribuir com a identificação de pontos críticos para o avanço e sustentabilidade dos bancos de alimentos no país, além de permitirem uma análise histórica da situação destes equipamentos.

Este estudo teve por objetivo sistematizar a produção científica referente à avaliação de BA, de acordo com aspectos relativos ao seu funcionamento.

MÉTODOS

Entre 2003, quando os BA passaram a integrar a agenda governamental de SAN por meio do Programa Banco de Alimentos (PBA), e 2010 foram realizadas duas avaliações nacionais dos bancos de alimentos públicos^[15,16]. Entretanto, na década seguinte nenhuma pesquisa com este caráter foi realizada. Dessa forma, este estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura desenvolvida a partir da seleção sistemática de estudos que avaliaram BA no Brasil, publicados no período de 2010 a 2020. A revisão integrativa tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado, a avaliação crítica, a síntese das evidências disponíveis, e a identificação de lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas, além de fornecer elementos para a tomada de decisões^[17]. Diferentemente da revisão sistemática, a revisão integrativa permite incluir estudos com diferentes delineamentos, de modo a garantir maior variedade de estudos, podendo aumentar tanto sua abrangência quanto sua profundidade^[17].

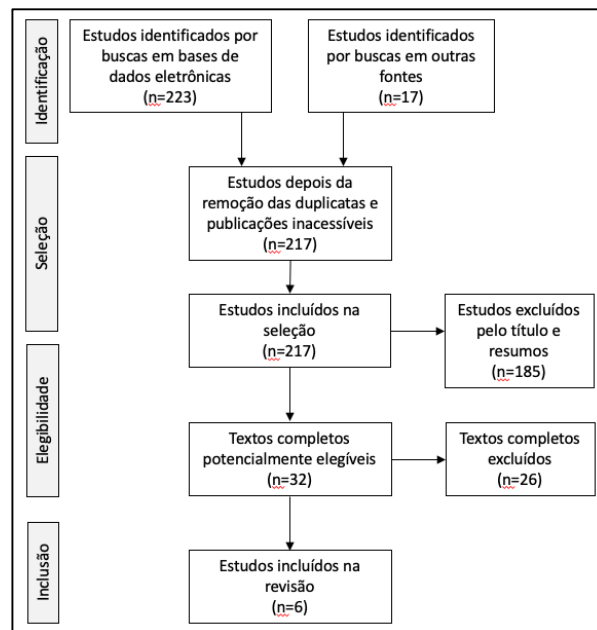
Os levantamentos foram submetidos ao seguinte procedimento metodológico: 1) Escolha das fontes de referência para a realização das buscas; 2) Definição das estratégias de busca; 3) Realização das buscas; 4) Aplicação de filtros para a seleção; 5) Organização dos trabalhos coletados; 6) Leitura dos materiais; 7) Extração de informações relevantes para a análise/sistematização; 8) Organização e sumarização dos dados; 9) Elaboração da síntese e construção do texto.

As buscas por resultados de estudos de avaliação de BA foram realizadas em três tipos de fontes: 1) bases e repositórios científicos: Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo.br e Scielo.org), PubMed Central (U.S. National Institutes of Health's National Library of

Medicine), *ScienceDirect* (Elsevier's premier platform of peer-reviewed literature), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); 2) periódicos específicos não catalogados nas bases e repositórios citados acima, mas cujo escopo era de interesse ao objeto da pesquisa e que têm publicado artigos na temática da revisão identificados nas listas de referências de artigos utilizados como referência no presente estudo: Revista Demetra, Revista Segurança Alimentar e Nutricional e Revista Informações Econômicas; 3) *sites* governamentais, de instituições públicas e de organizações da sociedade civil cujas agendas estão relacionados à temática da SAN.

A estratégia utilizada para a busca foi o uso das palavras-chave: “banco\$ de alimento\$” AND (“avaliação” OR “estudo”) e seus equivalentes na língua inglesa (“food bank\$, “evaluation”, “study”). Para a busca de documentos e publicações oficiais nos sites governamentais, de instituições públicas (redes de pesquisa vinculadas às universidades e biblioteca de órgão do poder legislativo), incluindo a página oficial da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA) e de organizações da sociedade civil, as estratégias de busca foram combinações das seguintes palavras-chave: “banco\$ de alimento\$, “avaliação”, “estudo”, “equipamentos públicos de SAN”, “equipamentos de alimentação e nutrição”, “Segurança Alimentar e Nutricional”, “desperdício”, “abastecimento”, “programas sociais” e seus equivalentes na língua inglesa (“food bank\$, “evaluation”, “study”, “public food security facilities”, “food and nutrition facilities”, “food security”, “food and nutritional security”, “food waste”, “food supply”, “assistance programs”).

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos estudos para a revisão integrativa sobre avaliação de bancos de alimentos no Brasil.



Conforme apresentado na Figura 1, das 240 publicações encontradas, 116 foram localizadas nas bases científicas de dados, 17 nos periódicos específicos, 16 em bancos de teses e dissertações, 108 em sites governamentais/instituições públicas/de organizações da sociedade civil (OSC). Após eliminação das duplicatas e das publicações inacessíveis, procedeu-se à pré-análise de 217 estudos que abrangeu a leitura de títulos e resumos das publicações. Nessa etapa, foram excluídos 185 estudos pelos seguintes motivos: não abordavam temáticas relativas aos BA; não realizaram avaliação desses equipamentos; foram publicados antes de 2010. Dessa forma, restaram 32 estudos elegíveis para leitura na íntegra, sendo 18 de bases científicas de dados e revistas específicas, 8 dissertações/teses e 6 artigos de sites governamentais e de outras fontes. Destes, 26 foram excluídos por não tratarem da avaliação de BA, restando 6 estudos que foram incluídos na revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Características gerais dos estudos

Destaca-se, primeiramente, que houve grande variação no número e abrangência das amostras de cada um dos estudos incluídos, como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1. Relação dos estudos de avaliação segundo as amostras de bancos de alimentos, 2020

Estudos	Amostra
Costa <i>et al.</i> , 2014 ^[3]	6 bancos de alimentos públicos (um deles vinculado à Central de Abastecimento), localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG, conveniados com o MDS
Lacerda <i>et al.</i> , 2018 ^[6]	1 banco de alimentos, localizado em Belo Horizonte – MG**
Burlandy <i>et al.</i> , 2010 ^[18]	55 bancos de alimentos públicos, localizados em diferentes estados do país, conveniados e não conveniados com o MDS (dados qualitativos)
	118 bancos de alimentos públicos, localizados em diferentes estados do país, conveniados e não conveniados com o MDS (dados quantitativos)
Tenuta e Teixeira, 2017* ^[12] ; Tenuta, 2014 ^[19]	10 bancos de alimentos públicos, localizados no estado de Minas Gerais, conveniados com o MDS
MDS, 2011 ^[16]	50 bancos de alimentos públicos localizados em diferentes estados do país, conveniados com o MDS

*A amostra dos dois estudos foi a mesma.

**O estudo não informa mais detalhes sobre a caracterização do BA

Todos os estudos realizaram coleta de dados primários, utilizando os seguintes instrumentos: questionários^[3,6,16,18], entrevistas^[6,12,16,18,19], documentos técnicos^[3], grupo focal^[3] e observação *in loco*^[6,19]. Dois estudos trabalharam com dados secundários de relatórios dos BAs^[12,19].

No Quadro 2 são apresentados os aspectos dos BA identificados em cada um dos estudos. O quadro tem por objetivo facilitar a síntese e apresentar um panorama geral dos estudos incluídos na revisão, no entanto, não permite fazer comparações mais profundas, pois os estudos são de tipo, natureza, metodologia e amostra bastante diferentes.

Quadro 2. Estudos incluídos na revisão segundo autor/ano e os aspectos dos bancos de alimentos analisados, 2020

Autor/Ano	Aspectos dos bancos de alimentos compreendidos nos estudos							
	Gestão	Público e entidades beneficiadas	Articulações	Doadores	Infraestrutura	Alimentos recebidos	Procedimentos higiênico-sanitários	Ações complementares
Costa <i>et al.</i> , 2014 ^[3]	X	-	X	X	X	X	-	X
Lacerda <i>et al.</i> , 2018 ^[6]	-	-	-	-	X	-	X	-
Tenuta e Teixeira, 2017 ^[12]	-	-	X	X	-	-	-	-
MDS, 2011 ^[16]	X	X	X	X	X	-	-	-
Burlandy <i>et al.</i> , 2010 ^[18]	X	X	X	X	X	X	X	X
Tenuta, 2014 ^[19]	X	X	X	-	X	X	X	X

Estruturação dos BA: legislação, gestão e infraestrutura

Quatro estudos tratavam da **Gestão**, abordando questões relacionadas aos marcos legais, recursos humanos e recursos financeiros na gestão dos BAs.

Em relação aos marcos legais, o estudo de Costa *et al.* identificou que apenas um terço dos BA se localizavam em municípios que possuíam leis regulamentando sua criação e funcionamento, o que indica uma “fragilidade de mecanismos de exigibilidade e legitimidade sobre a execução dos bancos” (p.35)^[3]. Tenuta também observou que um terço dos BA se localizava em municípios que dispunham de leis que regulamentavam sua criação e a mesma quantidade de BA possuía regimento interno^[19]. De acordo com a autora, esse pode ser considerado um risco para a continuidade dos BA face a mudanças na administração municipal. A grande rotatividade das equipes gestoras também foi considerado um obstáculo à manutenção e evolução das políticas públicas.

A transitoriedade do vínculo entre o Governo Federal e os governos municipais – estabelecido via convênios – é identificada como um desafio na medida em que o Governo Federal não é capaz de garantir a sustentabilidade dos BA quando ocorrem mudanças político-administrativas nos contextos locais^[20]. É nessa perspectiva que a existência de mecanismos legais é um dos elementos necessários à estruturação e à sustentabilidade dos BA, conforme aponta Tenuta^[19].

Em seu estudo, Tenuta identificou ainda que 80% dos BA estavam sob a gestão de Secretarias Municipais de Assistência Social, Desenvolvimento Social, Promoção Social e Desenvolvimento Humano, 10% sob a gestão da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional e 10% sob gestão de uma Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional^[19]. Além disso, nos BA com gestão compartilhada entre poder público e organização não governamental (ONG) (20% dos BA estudados), a ONG era responsável pela gestão financeira da contratação de recursos humanos (pessoal técnico, administrativo, serviços de conservação), pela aquisição de material de consumo e pela contratação

de serviços de terceiros (pessoa física e jurídica) para manutenção dos equipamentos dos bancos de alimentos.

Quando se trata da gestão dos BA, a questão dos recursos humanos é bastante mencionada nos estudos. A Instrução Normativa nº 01/2017, regulamentação mais atual para os BA, define como equipe mínima: Responsável técnico; Equipe administrativa; e, Equipe Operacional^[21]. A designação de pessoal especializado (nutricionistas e assistentes sociais), a utilização conjunta de recursos humanos e materiais entre setores de governo e a lotação dos recursos humanos em outros setores da administração municipal são particularidades da dinâmica dos BA do Programa no âmbito da gestão municipal^[22].

De acordo com a Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos, desenvolvida em âmbito nacional, para 72% dos entrevistados (gerentes dos BA, responsáveis técnicos pelos BA, e responsáveis pela política de SAN no município), o número de pessoas trabalhando nos BA é inadequado^[16]. Burlandy *et al.* encontraram um número insuficiente de trabalhadores vinculados diretamente aos BA, sendo muitos deles cedidos ou envolvidos em múltiplas atividades^[18].

Segundo a pesquisa de Costa *et al.*, além de equipes em quantidade insuficiente, a maior parte dos vínculos de trabalho era de caráter temporário, via contratos, terceirizações ou cessão de profissionais de outras secretarias^[3]. A composição da equipe preconizada pelo MDS na época do estudo não era atendida pela maioria dos BA estudados, principalmente pela ausência de assistentes sociais e coordenadores^[3]. De acordo com a pesquisa de Tenuta, 60% dos vínculos de trabalho nos BA de Minas Gerais eram temporários, mostrando também a fragilidade de tais vínculos^[19].

Além dos recursos humanos, os principais problemas relatados sobre a gestão dos BA são relacionados aos recursos financeiros. O PBA conta com o apoio financeiro do Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania, a partir dos editais de seleção pública destinados à implantação e/ou modernização dos BA em estados, no Distrito Federal e em municípios, bem como nas Centrais de Abastecimentos^[2,19,23,24].

O financiamento do Governo Federal é destinado à construção e modernização dos BA, bem como a aquisição de veículo apropriado para o transporte de gêneros alimentícios, aquisição de equipamentos e móveis (como, por exemplo, câmara fria, forno, mesas), materiais de consumo e utensílios e equipamentos de proteção individual^[19,23,24]. É responsabilidade da esfera municipal a destinação orçamentária para compra de bens duráveis^[16].

De acordo com a pesquisa de Burlandy *et al.*, a questão dos recursos financeiros é um aspecto central à sustentabilidade dos BA^[18]. De acordo com os autores, a mudança de governos pode levar à instabilidade dos recursos recebidos e os principais problemas encontrados na Pesquisa foram a insuficiência de recursos financeiros e de apoio por parte dos governos, em que foram mencionados os governos estadual e federal. A insatisfação em relação aos recursos financeiros também foi um resultado encontrado na Pesquisa Nacional de Avaliação dos BA, principalmente no que diz respeito à lentidão para a obtenção de recursos para a execução das atividades do BA^[16].

Em relação à **Infraestrutura** dos BA, cinco estudos abordaram essa questão sob os seguintes âmbitos: espaço físico, transporte, logística, equipamentos, áreas destinadas aos diferentes processos de manipulação dos alimentos, espaços para desenvolvimento de ações educativas e instalações necessárias para o cumprimento das normas higiênico-sanitárias vigentes.

De acordo com a Pesquisa Nacional, dois terços dos BA consideraram inadequado o espaço e, destes, um terço indicava a necessidade de realizar reformas no espaço físico^[16]. Relataram necessidade de aumento no espaço, de infraestrutura logística e de equipamentos, respectivamente, 35,7%, 28,6% e 7,1% dos BA que participaram da Pesquisa. Burlandy *et al.* destacaram que o transporte, espaço físico e infraestrutura de armazenagem eram alguns dos principais desafios mencionados para a implementação e sustentabilidade dos BA^[18].

Costa *et al.*, em pesquisa sobre BA da Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG, constataram que 87% dos BA participantes estavam locados em espaço próprio, ainda que a maioria tenha relatado funcionar em espaços adaptados^[3]. Não é

raro o compartilhamento da estrutura física entre programas compatíveis que estejam desenvolvendo trabalhos de modo conjunto, por exemplo, os bancos de alimentos e restaurantes populares^[18].

Esse aspecto pode se configurar como um problema, na medida em que o BA acaba funcionando em um espaço sem estrutura adequada às suas funções^[6]. Ainda na pesquisa de Costa *et al.*, foram relatadas a inexistência de áreas destinadas ao porcionamento e embalagem de alimentos (em 50% dos BA), ao depósito de resíduos (também em 50% dos BA) e ao descarte adequado desses resíduos (em 25% dos BA)^[3]. Ademais, apenas um terço dos BA possuía cozinha experimental, espaço que geralmente inclui instalações para realização de atividades educativas e capacitações.

Tenuta também identificou em sua pesquisa que a maior parte dos BA não dispunha dos setores obrigatórios para seu funcionamento e boa parte dos setores existentes foram classificados como inadequados (ruins ou regulares). Além disso, os BA avaliados apresentaram insuficiência de equipamentos à operacionalização das atividades essenciais, como, por exemplo, equipamentos para seleção, triagem e higienização dos alimentos, acondicionamento, identificação e porcionamento, entre outros^[19].

A adequação da estrutura física pode ser um importante desafio, tanto para as atividades realizadas pelo BA, de um modo geral, como à garantia de **procedimentos higiênico-sanitários** adequados, como identificam Lacerda *et al.* ao analisarem a higiene ambiental de um BA de Belo Horizonte – MG. Este BA apresentava 38% dos itens analisados em não-conformidade com a legislação, dentre os quais se incluía a inadequação da condição dos pisos, ventilação, iluminação, entre outros^[6]. A higiene ambiental foi o quesito com a menor porcentagem de conformidades (principais: edificações e instalações, controle de pragas urbanas e vetores, almoxarifado), seguido da higiene pessoal (instalações sanitárias e manipuladores de alimentos) e por último a higiene operacional (higienização e instalações)^[6].

Burlandy *et al.* afirmaram ser bastante comum que os BA desenvolvam ações de controle higiênico-sanitário, contudo, essas ações

“possibilitam apenas uma análise parcial de riscos, uma vez que procedimentos de controle de qualidade microbiológica são muito caros e inviabilizariam o próprio processo de doação” (p. 59)^[18]. A insuficiência de investimentos é identificada como uma limitação à adequação da infraestrutura do BA para a realização de suas funções^[6], aspecto também identificado no estudo de Pena *et al.*^[7].

Segundo a pesquisa de Tenuta, nenhum BA estava adequado quanto à estrutura física, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 275/2002, constatando que eles não ofereciam uma operacionalização segura do ponto de vista higiênico-sanitário^[19]. Além disso, apenas 40% dos BA informaram utilizar alguma Resolução que definisse boas práticas em unidades de alimentação e nutrição, 30% informaram não utilizar qualquer regulamento e 30% revelaram não saber o que eram regulamentos técnico-sanitários.

Vale destacar que os BA não contam com uma legislação específica relacionada ao controle higiênico-sanitário. Entre os anos de 2019 e 2020, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) recebeu contribuições para o Guia de Boas Práticas para Bancos de Alimentos, um instrumento regulatório não normativo com recomendações e orientações baseadas nas normas sanitárias vigentes que visa apoiar os gestores e responsáveis técnicos nas atividades cotidianas e na elaboração do Manual de Boas Práticas do BA^[25].

É importante ainda destacar que a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos é uma questão fundamental aos BA, levando em consideração que os aspectos higiênico-sanitários devem ser compreendidos como parte da qualidade dos alimentos. A qualidade dos alimentos deve ser compreendida de forma ampla, tendo em perspectiva a garantia da SAN^[26], ou seja, em articulação a outros elementos relacionados à garantia do direito humano à alimentação adequada^[27].

Operacionalização: alimentos doados, público e entidades beneficiárias, e doadores

Em termos gerais, os BA possuem as seguintes etapas para seu funcionamento: captação

dos alimentos provenientes de instituições doadoras; seleção, higienização, manipulação e armazenamento dos alimentos; e, distribuição dos alimentos às entidades beneficiadas^[19,28].

Em relação à operacionalização dos BA, três estudos que tratavam de temas relacionados aos **Alimentos recebidos** pelos BA, abordando questões sobre a qualidade nutricional destes alimentos, as condições de consumo que os alimentos chegam aos BA, os processos aos quais os alimentos são submetidos previamente às doações e o volume de descarte dos alimentos recebidos.

Burlandy *et al.* identificaram que, além da preocupação com os aspectos higiênico-sanitários dos alimentos, já mencionados, há uma preocupação com sua qualidade nutricional. Esse aspecto se coloca como um desafio, na medida em que os BA não possuem governabilidade sobre os alimentos recebidos^[18]. Ainda assim, os autores observaram que, de um modo geral, os BA recebiam doações de frutas, legumes e verduras, contribuindo para a qualidade nutricional dos alimentos doados. Também foi relatada a potencialidade do processamento dos alimentos recebidos como forma de maior aproveitamento de itens considerando seu estado de conservação. Entretanto, os autores pontuam que essa prática também pode aumentar o acesso a alimentos com alto teor de açúcar, como o processamento em forma de doces, por exemplo.

Costa *et al.*^[3] constataram que dois terços dos BA realizavam algum tipo de seleção ou triagem dos alimentos antes de encaminhar à doação. Os autores identificaram ainda que o volume de descarte dos alimentos arrecadados via coleta seletiva era significativamente maior devido às más condições dos alimentos, ocasionadas por aspectos relativos à dificuldade de realização de transporte, insuficiência de recursos humanos e inadequação da estrutura física do BA para armazenamento dos alimentos. Por outro lado, Tenuta observou que a maioria dos alimentos perecíveis recebidos por doação estavam em condições classificadas como boas a ótimas para o consumo, e eram repassados às entidades da mesma forma em que eram arrecadados ou após serem submetidos apenas ao processo de triagem^[19].

Em relação ao **público beneficiário e entidades beneficiadas**, metade dos estudos

abordou essa questão, contemplando os seguintes aspectos: relação das entidades com os BA, critérios estabelecidos pelos BA para atendimento das entidades, formalização da relação das entidades com os BA e entraves à captação dos alimentos pelas entidades.

Segundo Burlandy *et al.*, a formalização da relação entre entidades beneficiadas e BA é uma das principais preocupações dos gestores^[18]. De acordo com os autores, diversos BA relataram flexibilização dos critérios de modo a garantir que uma maior quantidade de entidades e, portanto, de possíveis beneficiários, acessem as doações dos BA. Tenuta observou que 40% dos BA possuíam termo de compromisso, de cooperação, convênio ou outro tipo de contrato com as entidades^[19].

Os critérios para cadastrar as entidades são variados entre os BA existentes, sendo que alguns deles atribuem aos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional a tarefa de identificar as que serão beneficiadas. Há casos em que as doações são realizadas apenas para as entidades devidamente formalizadas e, portanto, aptas a receberem alimentos, excluindo aquelas em processo de estruturação^[16].

Outro problema encontrado por Burlandy *et al.* foi a logística de entrega dos alimentos às entidades, pois, no geral, são as entidades que retiram as doações, o que cria dificuldades, principalmente para as entidades distantes dos BA que dependem, sobretudo, de uma estrutura logística e trabalho de voluntários^[18].

Sobre a relação entre os BA e as entidades beneficiadas, de acordo com a Pesquisa Nacional, a quase totalidade das entidades beneficiadas consideravam ótima ou boa a relação com o BA^[16]. Para as entidades, a melhoria dessa relação se daria tanto pela garantia de alimentos em suficiente quantidade para atender à demanda, como pela garantia de recursos humanos qualificados e em número adequado ao funcionamento dos BA.

Quatro estudos apresentaram resultados sobre os desafios à adesão de **Doadores**, que incluíam: necessidade dos BA de mais doadores; interferências políticas na relação dos doadores com os BA; obstáculos à formalização da relação entre

doadores e BA. Os doadores de alimentos aos BA podem ser pessoas físicas ou jurídicas, como feiras, empresas, mercados, supermercados e hipermercados, restaurantes, lanchonetes, Centrais de Abastecimento, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e demais instituições pertencentes à produção e abastecimento de alimentos^[28].

Por não haver uma sistemática definida, a parceria com doadores se coloca como um desafio à garantia de um ritmo seguro e contínuo de distribuição de alimentos às entidades beneficiadas. De acordo com a Pesquisa Nacional, mais da metade dos BA relataram necessitar de mais doadores^[16].

Burlandy *et al.* identificaram a sensibilização e a adesão por parte de doadores como um importante desafio ao processo de doação^[18]. Diversos fatores são identificados como responsáveis por essa falta de constância, entre eles, a atribuição de responsabilidade civil e criminal aos doadores por possíveis danos que possam ser ocasionados pelo consumo de alimentos doados, fato também encontrado na Pesquisa Nacional^[16]. A Lei 14.016, de 23 de junho de 2020, é a primeira legislação brasileira a tratar das doações de excedentes de alimentos para o consumo humano, minimizando os impactos dessa falta de respaldo legal. Outro aspecto encontrado por ambas pesquisas foi o receio de os doadores se associarem ao poder público local, o que poderia trazer efeitos negativos à imagem das empresas.

Articulações e ações complementares

Sobre essa estabilidade das doações, é importante destacar a articulação entre os BA e o PAA. Tenuta e Teixeira verificaram em sua pesquisa que 60% dos BA adquiriam a maior parte dos alimentos via PAA e que pequena parte era oriunda de doações de alimentos perdidos ou desperdiçados vindos de parceiros fixos e/ou esporádicos^[12]. Já em 30% dos equipamentos, os estoques de alimentos eram mantidos exclusivamente pela operacionalização do PAA, não havendo recebimento de gêneros via doações^[12].

Costa *et al.* encontraram uma participação significativa do PAA na composição dos estoques de doações dos BA^[3]. Para os autores, “o objetivo de redução de desperdício está sendo obstaculizado pela

substituição da coleta seletiva por captação junto ao programa de compra direta do produtor” (p. 46). Essa interpretação é partilhada por Tenuta, que encontrou 80% dos BA sendo abastecidos exclusivamente, ou quase, por alimentos adquiridos via compra da agricultura familiar^[19].

De acordo com Burlandy *et al.*, as parcerias realizadas com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por meio do PAA, promovem uma articulação importante entre pequenos produtores rurais e população em vulnerabilidade, mediada pelos BA^[18]. Na Pesquisa Nacional, os entrevistados percebiam que o PAA contribuía significativamente para a manutenção dos BA, por fornecerem produtos de boa qualidade e com regularidade na entrega, o que permitia melhor programação e planejamento das atividades^[16].

Diversos estudos afirmam que a garantia do acesso aos alimentos de forma contínua, fornecido pelo PAA, e a diversificação dos alimentos produzidos, estimulada pela demanda do BA, contribuem para a SAN, tanto em relação à quantidade, como em relação à qualidade dos alimentos, adequados também regionalmente por serem provenientes de circuitos alimentares curtos^[5,12,29].

A articulação de programas relativos à agricultura familiar e os EPSAN pode contribuir com o fortalecimento da produção familiar e de circuitos regionais/locais de produção e distribuição, por meio de uma política intersetorial e descentralizada^[5]. Essa é uma expressão da intersetorialidade, princípio fundamental da SAN, que visa uma racionalidade mais integrada para o desenvolvimento de ações e políticas públicas^[31]. Nesse sentido, cabe destacar que Tenuta e Teixeira ressaltam que a articulação entre BA e PAA deve ser planejada e operacionalizada criticamente, para que o BA não perca sua função elementar^[12].

A realização da interlocução com outros programas de SAN é uma das estratégias do BA. Cinco estudos tratavam das **Articulações** feitas entre BA e/ou com outros programas e políticas públicas, abordando, além da articulação com o PAA, a formação de redes de BA; articulação com outros programas de SAN nos municípios; estabelecimento

de parcerias; e participação dos BA em conselhos locais de controle social.

Burlandy *et al.*, assim como a Pesquisa Nacional, identificaram em poucos casos a articulação entre os BA e programas e equipamentos de SAN desenvolvidos nos municípios (como restaurantes populares, alimentação escolar, cozinhas e hortas comunitárias, etc.)^[16,18]. Os autores também observaram a articulação dos BA com conselhos locais de controle social, no campo da Assistência Social ou no da SAN, que, apesar de ocorrer em 45% dos BA pesquisados, era limitada ao processo de seleção das instituições receptoras^[18]. Tenuta verificou que 60% dos BA repassavam alimentos para outros setores e programas, em sua maioria, às Cozinhas Comunitárias e aos Restaurantes Populares^[19].

A articulação entre ações e programas de SAN é um dos princípios para a construção local do SISAN, de modo a consolidar sistemas descentralizados, em que se inclui a articulação e integração entre Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN), como os BA, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, hortas comunitárias, cozinhas experimentais, entre outros. A articulação dos BA com outros programas de SAN pode contribuir para qualificar as doações como parte das diferentes ações de SAN^[18].

Três estudos abordaram as **Ações complementares** desenvolvidas pelos BA, com os temas: ações educativas para beneficiários e doadores, apoio social para as entidades beneficiadas, capacitação das equipes dos BA, convênios com universidades, realização de avaliação nutricional dos beneficiários e de pesquisa de satisfação com usuários.

Em relação às ações desenvolvidas pelos BA, além da doação de alimentos, Burlandy *et al.* verificaram que as ações educativas vêm sendo operacionalizadas em maior escala do que as ações de apoio social às instituições receptoras, o que alguns BA não consideravam ser seu papel^[18]. Foi também identificado que a maioria das ações educativas é destinada às entidades receptoras e, em menor número e de forma limitada, aos doadores de alimentos, abordando os temas como higiene,

manipulação e conservação de alimentos. Outro resultado importante foi a identificação de que as atividades pouco contam com processos práticos, participativos e dialógicos, podendo ser frágeis para a promoção da SAN como um direito^[18].

Costa *et al.* também verificaram que as ações educativas realizadas junto às entidades beneficiadas eram relacionadas à higiene e boas práticas de manipulação de alimentos, aproveitamento integral de alimentos, alimentação saudável, técnicas de congelamento e cursos de receitas, e o público participante eram os manipuladores, cozinheiras, alguns coordenadores, gestores e diretores^[3]. Segundo Tenuta, 60% dos BA capacitavam seus manipuladores de alimentos e 50% realizavam essas ações para as entidades assistenciais, abordando os temas: Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Boas Práticas de Manipulação, alimentação saudável, aproveitamento integral de alimentos e gastronomia^[19].

Temas ligados à higiene e manipulação de alimentos são importantes, principalmente, considerando as atividades de formação da equipe do BA, mas que, isoladamente, não contemplam a SAN em seus aspectos mais amplos. O BA é um espaço destacado para promover ações educativas que considerem uma abordagem integral do sistema alimentar, podendo contar com uma atuação intersetorial para sua realização^[32]. Por meio de ações de educação alimentar e nutricional (EAN), pode-se cumprir um importante papel de promoção da saúde de populações que se encontram em situação de vulnerabilidade^[2].

Nessa perspectiva, é importante aos BA conhecerem e acompanharem o perfil dos beneficiários das entidades receptoras dos alimentos, de modo a identificar as diferentes demandas e necessidades para melhor direcionar as ações educativas. Conhecer o público beneficiário diz respeito não apenas ao seu estado nutricional, mas também aspectos sociais, culturais e econômicos da alimentação^[2,33].

Ainda sobre as atividades desenvolvidas além da doação de alimentos, as visitas técnicas para o cadastramento das entidades foram relatadas por todos os BA avaliados por Costa *et al.*, porém, após esse procedimento, poucos continuavam a fazê-las

rotineiramente^[3]. Na pesquisa de Tenuta, essa prática foi relatada apenas por 20% dos BA^[19].

Outras ações encontradas pelos estudos foram: oferta de cursos de capacitação, orientação para vinculação a programas de assistência social, cartilha sobre gestão e sustentabilidade, orientação e estímulo para adequação da regulamentação e estrutura física das entidades^[3]; realização de convênios com universidades para desenvolvimento de estágio curricular de graduação, realização de avaliação nutricional dos beneficiários e pesquisa de satisfação com os usuários^[19]. A realização deste tipo de convênio com universidades também foi encontrada por Batista^[30] e Galisa^[34] e reflete uma articulação relevante e capaz de potencializar e qualificar as ações educativas desenvolvidas pelos equipamentos.

CONCLUSÕES

Desde seu início, o Programa Banco de Alimentos vem colaborando para a construção da política de SAN, no âmbito local, regional e nacional. A diversidade de bancos de alimentos, a heterogeneidade na execução de suas atividades diárias e suas articulações com outros BA e com outras ações e programas de SAN revelam suas potencialidades^[18].

É importante compreender que o papel dos BA, como instrumento de políticas públicas no combate às perdas e desperdícios de alimentos e na garantia do DHAA, tem se intensificado cada vez mais. Um avanço fundamental foi a criação da Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos, por exemplo^[14]. Outro importante avanço foi a criação de redes locais/regionais de BA que têm permitido o fortalecimento do Programa e a cooperação entre os BA^[1], a exemplo da criação da RBBA em 2017. Ademais, o BA pode se configurar como um espaço potencial de promoção da prática autônoma e voluntária de hábitos saudáveis, tendo em vista ainda a realização de ações de EAN na perspectiva de processos permanentes e geradores de autonomia e participação ativa dos sujeitos^[32].

Os resultados dos estudos apontaram a baixa institucionalidade do PBA junto ao poder público, além da insuficiência, insustentabilidade e alta

rotatividade dos recursos humanos, tanto dos trabalhadores quanto dos gestores. Em relação às entidades beneficiadas, diversos estudos sinalizaram que, apesar da gama de ações que poderiam ser realizadas, a relação entre BA e entidades beneficiadas se concentra, principalmente, na doação de alimentos. A fragilidade da relação entre os BA e seus doadores também foi relatada pelos estudos, revelando a insuficiência no número de doadores e a dificuldade de adesão aos BA de forma mais contínua.

A inadequação dos espaços físicos destinados aos BA e a necessidade de melhorias na infraestrutura para logística e nos equipamentos foram apontadas como um dos maiores desafios para que os BA cumpram seus objetivos, o que, juntamente com práticas de manipulação de alimentos incorretas, levaram a inadequações quanto à regulamentação higiênico-sanitária. Sobre a articulação com outros programas de SAN, destaca-se a relação com o PAA, o que traz à luz a necessidade de discussão das vantagens, ou não, da operação conjunta desses dois programas.

No sentido de contribuir para o cenário da pesquisa científica sobre o tema, aponta-se que faltam estudos focados no público alvo dos BA, em especial, para a avaliação do impacto das ações desses equipamentos sobre a vulnerabilidade alimentar e social dos beneficiários atendidos. Novos estudos poderiam analisar a qualidade dos alimentos arrecadados pelos BA (e pelas entidades), colaborando para avaliação de como esses equipamentos contribuem para a redução das perdas e desperdício de alimentos e para a promoção da alimentação adequada, saudável e sustentável. Ainda, não há análises ou avaliações sobre o conteúdo, o referencial e o formato das ações de EAN. Portanto, avaliar a EAN em bancos de alimentos é um caminho para novas pesquisas, principalmente sobre as intencionalidades, a adequação e a efetividade das atividades educativas.

É fundamental que gestores e técnicos dos BA incorporem práticas avaliativas e conceitos da avaliação de políticas públicas em suas atividades, seja na coleta de informações para dar suporte à implementação de novos BA (avaliação *ex-ante*), seja na avaliação de resultados alcançados durante ou após a implementação de BA, visando o apoio à

tomada de decisão (avaliação *ex-post*)^[35]. Os estudos aqui apresentados se dedicaram a apresentar, cada qual, uma fração de um cenário diverso de implementação dos BA, utilizando critérios metodológicos científicos pontuais, sem vincular a avaliação com a programação governamental em execução.

Esta revisão identificou a existência de lacunas na literatura referente aos estudos de avaliação dos bancos de alimentos no país. Espera-se que os resultados sintetizados e sistematizados aqui contribuam com a identificação de limitações para a evolução do PBA e, assim, sirvam para o constante aperfeiçoamento do programa.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa e concessão de bolsa às autoras ERS, RDM, DEPC, GM e RABF.

REFERÊNCIAS

- [1] Belik W, Cunha ARAA, Costa LA. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. 2012;(38):107-132.
- [2] Machado KSO, Gentil P. Bancos de alimentos: oportunidades e desafios. In: Melo EV. *Perdas e desperdício de alimentos: estratégias para redução*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; 2018. p. 161-180.
- [3] Costa LA, Bastos MA, Rocha DF, Almeida AAP, Silva AVM, Silva JH. Capacidade de resposta de Banco de Alimentos na captação, distribuição e redução de desperdício de alimentos. *Revista Baiana de Saúde Pública*. 2014;38(1):30-48.
- [4] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Sumário Executivo: Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional de 2018 – MapaSAN 2018*. Brasília: MDS; 2018.

- [5] Garcia GS, Recine E. Perspectivas do fornecimento de produtos da agricultura familiar para os equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*. 2014;9(2):411-429.
- [6] Lacerda LK, Souza RVN, Mendonça MC, Silva RHV, Almeida AAP. Desenvolvimento de manual de boas práticas para capacitação de manipuladores de um Banco de Alimentos na cidade de Belo Horizonte, MG. *Higiene Alimentar*. 2018;32(278/279):41-45.
- [7] Pena LF, Costa DC, Mattos GV, Ricardo DC, Costa LA, Silva AVM, Silva JH, Almeida AAP. Avaliação da adoção das boas práticas em Bancos de Alimentos, antes e após capacitação de manipuladores. *Higiene Alimentar*. 2015;29(240/241):58-63.
- [8] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento [Internet]. 2020 [acesso em 2021 jun 06]. Rio de Janeiro: IBGE; 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/li v101749.pdf>
- [9] Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – REDE PENSSAN. VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [Internet]. 2021 [acesso em 2021 jun 06]. Rede PENSSAN; 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf
- [10] Belik W. Estratégias para redução de perdas e desperdício de alimentos. In: Melo EV. Perdas e desperdício de alimentos: estratégias para redução. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; 2018. p. 33-52.
- [11] Câmara FM, Gomes CB, Matuk TT, Szarfarc SC. Caracterização dos resíduos gerados na CEASA paulistana sob a ótica da saúde ambiental e segurança alimentar. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2014;21(1):395-403.
- [12] Tenuta N, Teixeira RA. A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2017;24(1):53-61.
- [13] Bocchi CP. Perdas e desperdício de alimentos no contexto da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil. In: Melo EV. Perdas e desperdício de alimentos: estratégias para redução. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; 2018. p.147-160.
- [14] Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Estratégia Intersetorial para a redução de perdas e desperdício de alimentos no Brasil. Brasília: CAISAN; 2018.
- [15] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos. Brasília: REDES; 2006.
- [16] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos. Brasília: MDS; 2011.
- [17] Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto – Enferm*. 2008;17(4):758-764.
- [18] Burlandy L, Maluf R, Frozi D, Mafra LAS, Reis MC, Zimmermann S. Avaliação do Programa Banco de Alimentos no Brasil. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Caderno de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate. Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição: resultados de avaliações. Brasília: MDS; 2010. p.35-63.
- [19] Tenuta NO. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil [dissertação]. Diamantina: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; 2014.

- [20] Tribunal de Contas da União. Relatório de avaliação de programa: Programa Banco de Alimentos. Brasília: TCU; 2005.
- [21] Brasil. Instrução Normativa nº 01, de 15 de maio de 2017. Dispõe sobre a adesão dos Bancos de Alimentos à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Diário Oficial da União. 01 jun 2017; Seção 1:1.
- [22] Burlandy L, Maluf RS. Relatório final (2/2) do termo de referência para avaliação do Programa Banco de Alimentos – Volume I [relatório de pesquisa]. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento Ensino e Sociedade – REDES; 2006.
- [23] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Guia de políticas e programas. Brasília: MDSA; 2017.
- [24] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Manual de instruções, diretrizes e procedimentos operacionais para contratação e execução de programas e ações da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Modalidades apoio à instalação e modernização de restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e unidades de distribuição da agricultura familiar. Brasília: MDSA; 2016.
- [25] Brasil. Ministério da Cidadania. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Guia de Boas Práticas para Bancos de Alimentos. Guia nº 26/2019 – versão 1. Brasília: ANVISA; 2019.
- [26] Paula NF, Assis L, Ribeiro CSG, Bezerra I. Manual de Boas Práticas para Bancos de Alimentos: a perspectiva de uma nova construção. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde. 2017;12(2):361-383.
- [27] Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006; Seção 1:1.
- [28] Guedes MJL, Vital TW, Menelau AS, Costa JM. Programa Banco de Alimentos do serviço social do comércio em Pernambuco: uma abordagem sistêmica. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde. 2018;13(4):1005-1022.
- [29] Batista LMG, Ribeiro SMR, Santos RHS, Araújo RMA, Ribeiro AQ, Priore SE *et al.* Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. Saúde & Sociedade. 2016;25(2):494-504.
- [30] Batista LMG. Condições de saúde e nutrição de agricultores familiares e suas percepções sobre a participação no Programa de Aquisição de Alimentos, no município de Ubá (MG) [dissertação]. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2015.
- [31] Burlandy L. A construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. Ciênc. Saúde Coletiva. 2009;14(3):851-860.
- [32] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; 2012.
- [33] Rangel TLV. Segurança Alimentar e Nutricional em perspectiva regional: análise dos avanços do Banco Municipal de Alimentos “Cecílio Correa Cardoso”, em Cachoeiro de Itapemirim – ES, como instrumento materializador da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada [dissertação]. Niterói: Universidade Federal Fluminense; 2015.
- [34] Galisa MS. Reflexão bioética sobre a contribuição do Programa Banco de Alimentos no Direito Humano à Alimentação Adequada e no meio ambiente [dissertação]. São Paulo: Centro Universitário São Camilo; 2014.
- [35] Ramos MP, Schabbach LM. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de Administração Pública. 2012;46(5):1271-1294.